

Investigação sobre a Relação entre Outros Resultados Abrangentes e Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras do Setor Utilidade Pública

Luis Gustavo do Lago Quinteiro

Jorge Katsumi Niyama

Laryssa Elias Arruda

RESUMO: O presente estudo avaliou a relação entre itens classificáveis nas demonstrações financeiras em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e a ocorrência de gerenciamento de resultados (GR) em empresas brasileiras do setor de utilidade pública, bem como a influência da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nesse processo, no período de 2002 a 2017, abordagem essa coerente com teorias que sugerem maiores possibilidades de ocorrência de escolhas contábeis discricionárias na vigência das IFRS. Para tanto, foram utilizados modelos de regressão linear por meio de dados em painel. Os resultados indicam relação negativa entre ORA e GR, sinalizando que esse grupo pode estar sendo utilizado como mecanismo de gerenciamento, bem como relação positiva entre a adoção das IFRS e o GR, coerente como teorias que indicam que haveria maiores possibilidades de gerenciamento sob a vigência de tais normas.

Palavras-Chave: Gerenciamento de Resultados. IFRS. Outros Resultados Abrangentes. *Accruals* Discricionários.

ABSTRACT: This paper evaluated the relationship between classifiable items in Other Comprehensive Income (OCI) and earnings management (EM) practice in Brazilian utility companies, as well as the influence of the adoption of the International Financial Reporting Standards (IFRS) in this process, from 2002 to 2017, which is consistent with theories that suggest greater possibilities for discretionary accounting choices under IFRS rules. For this purpose, linear regression models structured on panel data were adopted. The results indicate negative relationship between OCI and EM, signaling that this group may have been used as earnings management mechanism as well as a positive relationship between the adoption of IFRS and EM, consistent with theories that indicate that there would be greater possibilities for management under such standards.

Keywords: Earnings Management. IFRS. Other Comprehensive Income. Discretionary Accrual.

Recebido em: 14/10/2019

Aprovado em: 29/10/2019

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editora Científica: Maria Aparecida de Souza Melo

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade brasileira passou por significativas alterações desde a decisão de convergência do padrão brasileiro (BRGAAP) às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), processo esse iniciado com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio da Resolução CFC nº 1.055/2005 (CFC, 2005), seguido da inserção do §5º do art. 177 da Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976). Tal legislação estabeleceu a incorporação de “padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários” ao regramento contábil brasileiro.

A adoção das IFRS teve significativo crescimento nas últimas duas décadas e já se faz presente em mais de 160 países¹, de acordo com a *IFRS Foundation* (IFRS, 2019). Com a expansão desse padrão normativo, também cresceu o interesse em melhor compreender a gama e a extensão dos efeitos de sua adoção.

Uma das mudanças trazidas pelas IFRS é ampliação do rol de possibilidades de registro de certas variações patrimoniais diretamente em contas do patrimônio líquido (PL), sem trânsito pelo resultado até que se sejam consideradas realizadas como, por exemplo, os resultados não realizados decorrentes de avaliação: (a) a valor justo de instrumentos financeiros; (b) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente; (c) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecido; (d) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior, dentre outros, nos termos do Pronunciamento nº 26 do Comitê

de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (CPC, 2009).

Em que pese haver certa margem para discricionariedades na aplicação das normas contábeis, Martinez (2013) aborda que a adoção das IFRS, que são baseadas em princípios, pode ter aberto maior margem para o exercício do poder discricionário de gestores e contadores, fato esse relevante pelo poder que o lucro líquido tem de influenciar no julgamento dos usuários das informações contábeis e, por consequência, no valor das ações da empresa.

Dessa forma, o estudo avaliou se a adoção das IFRS propiciou às companhias maior possibilidade de registro de resultados não realizados em conta do PL, visando o gerenciamento de resultados, a partir de amostra de 27 empresas do setor econômico ‘utilidade pública’ da Bovespa, que engloba empresas de energia, gás e saneamento, no período de 2002 a 2017.

Para tanto, a questão de pesquisa a ser respondida foi: A adoção das IFRS proporcionou aumento do gerenciamento de resultados por meio de Outros Resultados Abrangentes em empresas brasileiras do setor de utilidade pública? A hipótese que se estabeleceu para a questão foi que a adoção das IFRS propiciou aumento do gerenciamento por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Para o desenvolvimento do estudo, foi definida *proxy* de gerenciamento de resultados a partir dos *accruals* discricionários (AD) baseado em Dechow *et al.* (1995), também conhecido como Modelo Jones Modificado, que visa estimar o nível considerado normal de *accruals*. A diferença entre os *accruals* totais e o nível normal obtido pelo modelo é considerada evidência de gerenciamento de resultados. A partir de tais resultados, definiu-se o modelo de

¹ <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#profiles>

avaliação dos determinantes dos AD tendo como variáveis explanatórias o retorno sobre os ativos (ROA), a alavancagem contábil (ALAV), o porte da empresa (TAM), a adoção das IFRS (IFRS), variáveis adotadas por Consoni *et al.* (2017). A esse modelo, foi inserida a variável representativa de Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o objetivo de verificar se as apropriações registradas diretamente no PL contribuiriam para o gerenciamento de resultados.

O trabalho foi estruturado em seis seções: introdução, seguido do referencial teórico, no qual são discutidos os efeitos econômicos da informação contábil *versus* IFRS, uma revisão da literatura sobre gerenciamento de resultados, seguida da descrição da natureza do grupo Outros Resultados Abrangentes na contabilidade. Na sequência, descreveram-se os procedimentos metodológicos, amostra, período e testes econométricos, seguido dos resultados e discussões. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências adotadas no estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Efeitos Econômicos da Informação Contábil x IFRS

A informação contábil possui o condão de produzir efeitos econômicos ao possibilitar a comunicação de fatos que podem impactar o comportamento de tomadores de decisões de negócios, governos, associações, investidores e credores (ZEFF, 1978).

Consequências econômicas, também, ocorrem quando alterações nas regras contábeis modificam a distribuição do fluxo de caixa da empresa ou a riqueza de partes que utilizam os números contábeis para contratações ou tomada de decisões

(WATTS; ZIMMERMAN, 1978; HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983).

Há mais de uma década, o Brasil tomou a decisão de adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio da Resolução CFC nº 1055/2005 e edição da Lei 11.638/2007 (CFC, 2005) que, dentre outras alterações, inseriu o § 5º do art. 177 da Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976), que prevê a adoção de “padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”.

Existem consequências esperadas da adoção das IFRS, como a melhoria da transparência, da comparabilidade, da qualidade da informação contábil, fortalecimento da *accountability*, melhoria da eficiência econômica e redução do custo de capital, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.055/2005 (CPC, 2005).

Entretanto, a literatura também lista outras consequências econômicas possíveis, não idealizadas pelo regulador, mas que decorrem da mudança do padrão normativo contábil, tendo em conta que os números contábeis são base para o estabelecimento de determinados contratos ou políticas, seja de forma voluntária ou obrigatória. Dentre outros, pode-se citar a distribuição de remuneração a acionistas (dividendos) e administradores (participações nos lucros), tributação, custo de contratos de dívida com cláusulas atreladas ao alcance de metas contábeis (*covenants*), bem como outros efeitos de cunho regulatório (BRÜGGEMANN *et al.*, 2013).

Ante essa realidade, é possível que controladores e gestores se engajem em ações tendentes a reestabelecer o equilíbrio de contratos ou políticas anteriores à mudança normativa ou outros resultados, por meio de escolhas contábeis discricionárias que atendam aos seus interesses. Esse

processo de direcionamento dos resultados visando ao atingimento de fins específicos é denominado, na literatura, Gerenciamento de Resultados.

2.2 Gerenciamento de Resultados

Schipper (1989 *apud* DECHOW *et al.* 1995) define gerenciamento de resultados como uma intervenção proposital no reporte financeiro com fins externos, com vistas a obter ganhos privados.

De forma análoga, porém mais ampla, Healy e Wahlen (1999) apresentaram a seguinte definição:

Gerenciamento de resultados ocorre quando gestores se utilizam de seu poder discricionário na elaboração das demonstrações financeiras e na estruturação de transações que alteram o reporte financeiro para enganar alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico subjacente da companhia ou para influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados. (HEALY; WAHLEN, 1999, p. 368).

Com base na evolução contemporânea da literatura, Martinez (2013) definiu gerenciamento de resultados contábeis como:

[...] o uso da discricionariedade gerencial na realização de escolhas contábeis (reconhecimento e mensuração), na tomada de decisões operacionais e na seleção dos critérios de apresentação da demonstração de resultado (*disclosure*). Todas dentro dos limites das normas contábeis, visando influenciar as percepções sobre fatos econômicos subjacentes, que são refletidos nas medidas de resultado contábil. (MARTINEZ, 2013, p. 5).

Martinez (2013), ainda, segmenta o gerenciamento de resultados em duas categorias: gerenciamento de atividades

operacionais; e gerenciamento por *accruals*. A diferença fundamental entre ambas é que enquanto na primeira as interferências são realizadas ao longo do período, com impacto direto no fluxo de caixa, na segunda essas geralmente ocorrem entre o encerramento do exercício e a divulgação das demonstrações financeiras, não afetando, necessariamente, o fluxo de caixa operacional.

Em que pese existir margem para discricionariedades em escolhas contábeis, o gerenciamento de resultados pode abrir espaço para a ocorrência de arbitrariedades nessas escolhas e levar à redução da confiabilidade das informações (CONSONI *et al.*, 2017).

Com a adoção das IFRS, a literatura indica certa ampliação da discricionariedade em escolhas contábeis, por parte de contadores e administradores, com destaque para a mensuração de ativos e passivos a valor justo. Tal fato tem gerado discussões sobre se resultados não realizados decorrentes da mensuração a valor justo representariam resultados econômicos reais ou gerenciamento de resultados (AHMED *et al.*, 2013).

Chen e Gavius (2016) identificaram significativo aumento da distribuição de dividendos sobre resultados não realizados, após a adoção das IFRS, em amostra de empresas israelenses, atribuindo tais resultados às reavaliações de ativos e passivos mensurados a valor justo na vigência das IFRS. As autoras, também, detectaram que as empresas se dispõem a ampliar o endividamento para manter suas políticas de distribuição de dividendos, dada à importância dessas para o valor de mercado da empresa, bem como para sinalizar para os usuários da informação contábil que as receitas/despesas apropriadas pelo regime de competência (*accruals*), são de fato verdadeiras.

Em que pese tais constatações, Grecco (2013) identificou que a adoção das IFRS proporcionou efeito restritivo sobre o gerenciamento de resultados em empresas não-financeiras brasileiras, após a adoção completa das normas, tendo o ambiente regulatório se mostrado mais relevante nesse processo. A autora identificou que as entidades sujeitas ao controle de alguma agência regulatória apresentaram menores níveis de gerenciamento.

Na mesma linha, Silva e Fonseca (2015), também, não identificaram aumento do gerenciamento de resultados no Brasil, no período pós-adoção das IFRS, a partir de estudo comparativo entre empresas brasileiras e portuguesas. Os autores atribuíram os resultados a diferentes fatores, como ambiente legal, desenvolvimento econômico e político do país e, também, alertaram para o ainda curto período de adoção das IFRS.

Black e Nakao (2017) investigaram a existência de heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes grupos de empresas com a adoção das IFRS, a partir da hipótese de que a adoção desse padrão normativo tenderia a conduzir ao aumento da qualidade das demonstrações. A partir de três métricas para avaliação da qualidade do lucro (reconhecimento tempestivo de eventos econômicos; *value relevance* do lucro contábil; e ocorrência de gerenciamento de resultados), os autores concluíram que as empresas se comportam de forma diferente, onde uma classe de empresas (*serious compliers*) apresentou aumento da qualidade do lucro após a adoção das IFRS, enquanto outras não. O estudo identificou que empresas que possuem incentivos econômicos para aumento da qualidade do lucro como, por exemplo, possuem ADR (*American Depositary Receipts*), tendem a apresentar maior qualidade do lucro,

enquanto aquelas com baixos incentivos apresentaram menor qualidade.

Santos *et al.* (2019) analisaram se a adoção das IFRS melhorou a qualidade das informações contábeis das companhias abertas brasileiras, a partir da análise de 26 artigos publicados sobre o tema, no período de 1997 a 2014, compreendendo os períodos pré e pós IFRS. Os resultados indicaram a queda da *value relevance* do patrimônio líquido e o aumento da relevância do lucro líquido após a adoção das IFRS. Os autores atribuíram esse achado à aproximação entre o lucro contábil da realidade econômica com a adoção das IFRS, o que teria tornado a informação do lucro mais útil para investidores e outros usuários.

Marçal e Macedo (2019) analisaram a persistência dos lucros diante dos *accruals* discricionários, sob a ótica da adoção das IFRS. Os autores conjecturaram a possibilidade de aumento da discricionariedade de escolhas contábeis na vigência das IFRS, com conseqüente prejuízo à persistência dos lucros das empresas, dado o risco de arbitrariedades ante uma gama maior de alternativas contábeis com a adoção das IFRS. Os autores não identificaram que os *accruals* influenciaram a persistência dos lucros, contrariando achados em estudos anteriores.

Wrubel *et al.* (2016) analisaram o efeito de Outros Resultados Abrangentes (ORA) na prática de gerenciamento de resultados, nas companhias abertas brasileiras, no período de 2010 a 2013, por meio da análise de variáveis como gerenciamento de resultados, porte, endividamento, alavancagem financeira e fluxo de caixa operacional. Concluíram que não é possível confirmar que os Outros Resultados Abrangentes diminuíram os níveis de gerenciamento de resultados nas companhias abertas, tampouco que sua divulgação aumenta a transparência das

informações contábeis e, por consequência, reduz a assimetria informacional.

2.3 Outros Resultados Abrangentes

De acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras –, os Outros Resultados Abrangentes compreendem itens de receita e despesa, inclusive ajustes de reclassificação, que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2009).

O referido normativo foi aprovado, em julho/2009, em sua versão inicial, e revisado em dezembro/2011. De acordo com texto atual – CPC 26 (R1) –, que manteve a essência do texto original no tocante aos Outros Resultados Abrangentes, os componentes desse grupo incluem (CPC, 2011):

- variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível);
- ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados;
- ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 4.1.2A do CPC 48;
- parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* em operação de *hedge* de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de *hedge* que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 (ver Capítulo 6 do CPC 48);
- para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48);
- alteração no valor temporal de opções quando separar o valor intrínseco e o valor temporal do contrato de opção e designar como instrumento de *hedge* somente as alterações no valor intrínseco (ver Capítulo 6 do CPC 48); e
- alteração no valor dos elementos a termo de contratos a termo ao separar o elemento a termo e o elemento à vista de contrato a termo e designar, como

instrumento de *hedge*, somente as alterações no elemento à vista, e alterações no valor do *spread* com base na moeda estrangeira de instrumento financeiro ao excluirlo da designação desse instrumento financeiro como instrumento de *hedge* (ver Capítulo 6 do CPC 48).

Nesse conceito de Outros Resultados Abrangentes, como pode ser notado, incluem-se alguns ativos e passivos mensurados a valor justo, que têm sido questionados na literatura se sua reavaliação representariam resultados reais ou mero gerenciamento de resultados (AHMED *et al.*, 2013).

A questão que se discute é que se os resultados de reavaliação de ativos e passivos a valor justo são gerenciados, esses provavelmente serão revertidos no futuro, de modo que uma baixa confiabilidade associada à contabilidade a valor justo pode levar à elevação do custo de capital das empresas (CHEN; GAVIOUS, 2016).

Considerando que o CPC 26 (R1) admite a reclassificação de resultados entre Outros Resultados Abrangentes e o resultado do período na medida em que são considerados realizados (CPC, 2011), é possível a utilização desse grupamento como um mecanismo de gerenciamento de resultado, dada a possibilidade de se fazer escolhas contábeis de forma discricionária, de acordo com o conceito de Martinez (2013).

O foco de presente estudo está centrado no gerenciamento de resultados por *accruals*, notadamente, no intuito de verificar as possibilidades de a adoção das IFRS, de forma geral, e de itens classificáveis em Outros Resultados Abrangentes, estarem servindo como mecanismo de gerenciamento de resultados nas empresas analisadas, abordagem essa

que se mostra relevante para a melhor compreensão da extensão dos efeitos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil.

Considerando que as empresas analisadas estão sujeitas à regulação em seus respectivos setores econômicos, à avaliação de suas demonstrações financeiras por parte de auditoria externa, bem como sujeitas à regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjectura-se que eventual gerenciamento de resultados, caso ocorra, tende a se dar de forma mais limitada.

Na próxima seção, são descritos os procedimentos metodológicos que fundamentam a análise proposta.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem hipotético-dedutiva, com o uso de meios técnicos estatísticos (MATIAS-PEREIRA, 2016), desenvolvida a partir de amostra de 27 empresas do setor econômico 'utilidade pública' da Bovespa, que engloba os setores de energia, gás e saneamento. Optou-se por esse segmento econômico por se tratar de setor regulado no Brasil, onde se espera que exista maior rigor na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, trata-se de um setor que se caracteriza pelo emprego de capital intensivo, com consequente interesse no mercado de capitais para tomada de recursos para o financiamento de projetos de investimento. Daske *et al.* (2013) afirmam que maiores necessidades financeiras são consideradas um incentivo econômico para a adoção de política de divulgação de demonstrações financeiras mais transparentes e, por consequência, de maior qualidade.

Os modelos econométricos desenvolvidos e aplicados ao estudo estão

baseados em regressões com dados em painel (GUJARATI, 2006). Os dados foram obtidos na base do *software Económica*, a partir das demonstrações financeiras consolidadas anuais, no período de 2002 a 2017, tendo sido excluídas da amostra as empresas que não dispunham de informações em todos os períodos, de modo que se obteve um painel balanceado. Todas as empresas têm registro na CVM e, na sua maioria, são empresas de capital aberto.

Para avaliação dos efeitos das IFRS e de Outros Resultados Abrangentes sobre o gerenciamento de resultados, foi definida *proxy* de gerenciamento, a partir dos *accruals* discricionários (AD) baseados em Dechow *et al.* (1995), também conhecido como Modelo Jones Modificado, cujo modelo parte da estimação do nível considerado normal de *accruals*. A diferença entre os *accruals* totais e o nível normal

obtido pelo modelo é considerada evidência de gerenciamento de resultados.

A partir de tais resultados, definiu-se o modelo de avaliação dos determinantes dos AD, tendo como variáveis explanatórias o retorno sobre os ativos (ROA), a alavancagem contábil (ALAV), o porte da empresa (TAM), a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), variáveis essas consideradas no estudo de Consoni *et al.* (2017).

A esse modelo, foi inserida a variável representativa de Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o propósito de verificar se as apropriações registradas diretamente no PL contribuiriam para o gerenciamento de resultados.

O modelo se inicia com a apuração dos *accruals* totais, a partir da abordagem do balanço, conforme Dechow *et al.* (2015), descrito na equação 1, a seguir:

$$AT_{it} = ((\Delta AC_{it} - \Delta Caixa_{it}) + (\Delta PC_{it} - \Delta FE_{it}) - DEPR_{it}) / A_{it-1} \quad (1)$$

Onde: AT = *Accruals* Totais; ΔAC = Variação do Ativo Circulante entre o período t e t-1; $\Delta Caixa$ = Variação do Caixa e Equivalentes Caixa entre o período t e t-1; ΔPC = Variação do Passivo Circulante entre o período t e t-1; ΔFE = Variação de Financiamentos e Empréstimos de curto prazo entre o período t e t-1; DEPR = Despesas de Depreciação em t; A = Ativo Total em t-1.

Na sequência, foram estimados os determinantes dos *accruals* totais (TA) por

meio de modelo econométrico de dados em painel, conforme descrito na eq. 2, a saber:

$$TA_{it} = \beta_0 + \beta_1(1/A_{it-1}) + \beta_2(\Delta RL_{it} - \Delta REC_{it}) + \beta_3(IMOB_{it}) + e_{it} \quad (2)$$

Onde: ΔRL = Variação da Receita Líquida entre o período t e t-1; ΔREC = Variação de Contas a Receber Líquidas entre o período t e t-1; IMOB = é o imobilizado líquido do período t; *e* é o termo de erro; e demais variáveis já definidas.

Os *Accruals Não Discricionários* (AND) são representados pela eq. 3, a seguir, a partir da formulação representada na eq. 2, sem considerar os resíduos da regressão,

resultado esse apontando pelo modelo como nível considerando normal de *accruals*, a saber:

$$AND_{it} = \beta_0 + \beta_1(1/A_{it-1}) + \beta_2(\Delta RL_{it} - \Delta REC_{it}) + \beta_3(IMOB_{it}) \quad (3)$$

Considerando a eq. 3, tudo aquilo que exceder ao montante de *accruals* obtidos pelo modelo pode ser considerado *Accrual Discricionário* (AD) ou gerenciamento de

resultados. Assim, os AD são obtidos por meio dos resíduos da regressão descritos na eq. 2, cujos valores absolutos são representados pela seguinte formulação:

$$AD_{it} = TA_{it} - AND_{it} \quad (4)$$

Uma vez obtidos os *accruals* discricionários, *proxy* de gerenciamento de resultados, o modelo descrito na eq. 5 objetiva avaliar se a adoção completa das normas internacionais de contabilidade, a

partir do exercício de 2010, influenciou no gerenciamento de resultados, juntamente com as variáveis representativas de retorno sobre os ativos, porte e alavancagem, a saber:

$$AD_{it} = \beta_0 + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 ALAV_{it} + \beta_3 TAM_{it} + \beta_4 IFRS_{it} + e_{it} \quad (5)$$

Onde: AD = Accruals Discricionários; ROA é o logaritmo natural do retorno sobre ativos de t-1; ALAV é o endividamento, representado pelo logaritmo natural da alavancagem contábil da empresa ao final do período t; TAM é uma variável de porte, definida como o logaritmo natural dos ativos da empresa no final do período em t; e IFRS é uma variável *dummy* para avaliação da adoção das IFRS, que assume 1 para os anos a partir de 2010 e 0 para os demais.

Na sequência, testa-se o modelo representado pela eq. 6, que possibilita avaliar se os Outros Resultados Abrangentes afetaram o gerenciamento de resultados no

período, a partir da adoção completa das IFRS, qual seja, de 2010 a 2017, conforme descrito a seguir:

$$AD_{it} = \beta_0 + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 ALAV_{it} + \beta_3 TAM_{it} + \beta_4 ORA_{it} + e_{it} \quad (6)$$

Onde: ORA é representado pelo volume de Outros Resultados Abrangentes no período t, dividido pelos ativos totais em t; e demais variáveis já definidas.

Foram realizados testes de robustez do modelo para averiguar sua adequação, dentre os quais se destacam os testes de raízes unitárias sobre as séries de dados, teste de autocorrelação de Durbin-Watson, teste de normalidade de Jarque-Bera; teste de Hausman e teste de redundância de efeitos fixos, para verificação de adequação do

modelo de efeitos fixos ou aleatórios, teste T e teste F.

Considerando as teorias existentes, espera-se que a relação entre *accruals* discricionários e as variáveis explanatórias seja positiva para retorno sobre os ativos (ROA) e alavancagem (ALAV), bem como seja negativa para porte (TAM), conforme

Consoni *et al.* (2017). No que tange às variáveis IFRS e outros resultados abrangentes (ORA), essas podem apresentar sinal do coeficiente tanto negativo quanto positivo.

Na próxima seção, são apresentados e discutidos os resultados dos modelos econométricos definidos.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A Tabela 1 apresenta os resultados da regressão estimativa dos *accruals* discricionários (AD) descritos nas eq. 2, 3 e 4 na seção 3, os quais são representados pelos resíduos da regressão.

Foram realizados testes de raízes unitárias nas séries de dados e aplicadas defasagens nas variáveis AT (*Accruals* Totais), A (Ativos Totais) e IMOB

(Imobilizado), para eliminação da raiz unitária e aplicação de defasagens da variável dependente, para correção de autocorrelação, em número que minimizou o critério informacional de Akaike. O teste de Hausman indicou que o modelo de efeitos aleatórios se mostrou mais adequado aos modelos do estudo. Os sinais esperados dos coeficientes mostram-se coerentes com a teoria e significativos a 1%, com exceção da variável representativa da variação de contas a receber, menos a variação da receita líquida (β_2), que apresentou significância a 5%. O coeficiente de determinação ajustado (R^2 Ajustado) foi de 0,51342, o que denota razoável poder explicativo do modelo, enquanto a estatística Durbin-Watson indica ausência de autocorrelação no modelo, a saber:

Tabela 1 – Modelo Jones Modificado – Coeficientes Estimados (2002 – 2017)

	Sinal Esperado	Coef.	Erro Padrão	Estatística t	p-value
Constante		0.35643	0.01270	28.05764	0.00000
β_1 ($1/A_{it-1}$)		-53441.2900	14359.18000	-3.72175	0.00020
β_2 ($\Delta RL_{it} - \Delta REC_{it}$)	+/-	0.00940	0.00401	2.34096	0.01930
β_3 (IMOB _{it})	-	-0.02100	0.00376	-5.58362	0.00000
R^2	0.51387				
R^2 - Ajustado	0.51342				
N	324				
F	1154.69200				0.0000
Estatística Durbin-Watson	2.04700				

Variável dependente = *Accruals* Totais

* - foram utilizadas defasagens da variável dependente para correção de autocorrelação

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, foram utilizados os resíduos da regressão descrita na Tabela 1, representativos dos *accruals* discricionários, como *proxy* de gerenciamento de resultados, sendo esses inseridos como variável explicada do modelo descrito na equação 5,

da seção 3. Na Tabela 2, a seguir, são apresentados os resultados do modelo de avaliação da influência da adoção das IFRS sobre o gerenciamento de resultados nas empresas analisadas, no período de 2002 a 2017.

Tabela 2 – Gerenciamento de Resultados x IFRS (2002-2017)

	Sinal Esperado	Coef.	Erro Padrão	Estatística t	p-value
Constante		-0.00614	0.00086	-7.14666	0.00000
β_1 (ROA)	+	0.05496	0.00514	10.68799	0.00000
β_2 (TAM)	-	0.03595	0.00303	11.83477	0.00000
β_3 (ALAV)	+	0.05429	0.00246	22.04614	0.00000
β_4 (IFRS)	+/-	0.00435	0.00103	4.22619	0.00000
R ²		0.07823			
R ² - Ajustado		0.07780			
N		324			
F		185.4896			0.0000
Estatística Durbin-Watson		2.0593			

Variável dependente = *Accruals* Discricionários

Fonte: Dados da pesquisa.

Visando a eliminar a presença de raízes unitárias nas séries, foi aplicada defasagem nas variáveis ROA, TAM e ALAV. Não foi detectada a presença de autocorrelação, conforme evidenciado pela estatística de Durbin-Watson.

No que diz respeito aos resultados, observou-se relação positiva entre a variável ROA, ALAV e os *Accruals* Discricionários (AD), sinais esses coerentes com a teoria, porém, relação positiva entre AD e a variável TAM, representativa de porte da empresa, o que se mostra contrário ao esperado. Todos os coeficientes se mostraram significativos a 1%, com R² Ajustado de 0,0778.

Quanto à variável de interesse, observou-se relação positiva e significativa entre a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e *Accruals* Discricionários, o que indica que a adoção do padrão internacional provocou o aumento do gerenciamento de resultados nas empresas da amostra, no período avaliado.

Por fim, passa-se a analisar o modelo representado pela eq. 6, que avalia a relação entre os *Accruals* Discricionários (AD) e Outros Resultados Abrangentes (ORA) no período de adoção completa das IFRS (2010-2017).

De forma semelhante à realizada no modelo anterior, foi aplicada diferenciação nas variáveis ROA, TAM e ALAV visando à eliminação de raiz unitária nessas séries, identificada nos testes.

Conforme descrito na Tabela 3, a seguir, e, de forma análoga à observada nos resultados do modelo descrito na eq. 5, verificou-se relação positiva e significativa entre AD e as variáveis ROA e ALAV e negativa entre AD e TAM, bem como significância a 1% de todos os coeficientes e R² Ajustado de 0,05279.

No tocante à variável de interesse, observou-se relação negativa e significativa entre ORA e AD, o que demonstra que os itens que compõem esses resultados estão sendo utilizados como mecanismo de gerenciamento de resultados.

Dessa forma, analisando-se, em conjunto, os modelos descritos na eq. 5 (Tabela 2) e na eq. 6 (Tabela 3), observa-se coerência e complementaridade entre os resultados encontrados. Da análise dos determinantes dos *accruals* discricionários (*proxy* de gerenciamento de resultados), no período completo de análise (2002-2017), verificou-se influência positiva da adoção das IFRS no gerenciamento de resultados,

indicando que a adoção do novo padrão normativo aumentou o gerenciamento, possivelmente por ter propiciado uma gama

maior de escolhas contábeis aos preparadores das demonstrações contábeis.

Tabela 3 – Gerenciamento de Resultados x Outros Resultados Abrangentes (2010-2017)

	Sinal Esperado	Coef.	Erro Padrão	Estatística t	p-value
Constante		-0.00099	0.00063	-1.5823	0.1136
β_1 (ROA)	+	0.05507	0.00575	9.5558	0.0000
β_2 (TAM)	-	0.03162	0.00308	10.2461	0.0000
β_3 (ALAV)	+	0.03560	0.00353	10.0673	0.0000
β_4 (ORA)	+/-	-0.20742	0.02988	-6.9265	0.0000
R ²		0.05344			
R ² - Ajustado		0.05279			
N		216			
F		82.24156			0.0000
Estatística Durbin-Watson		2.2143			

Variável dependente = *Accruals* Discricionários

Fonte: Dados da pesquisa.

Adicionalmente, os resultados do modelo descrito na eq. 6, que analisou a relação entre Outros Resultados Abrangentes e *Accruals* Discricionários, no período pós-adoção completa das IFRS (2010-2017), apontou relação negativa entre essas variáveis, o que sinaliza que os itens que compõem os Outros Resultados Abrangentes têm servido, ao menos em parte, como mecanismo de gerenciamento de resultados nas empresas da amostra, no período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou avaliar a influência de Outros Resultados Abrangentes e da adoção das IFRS no gerenciamento de resultados de companhias brasileiras do setor “utilidade pública”, que englobam empresas de energia, gás e saneamento, no período de 2002 a 2017. Os resultados apontam que a adoção das Normas Internacionais de

Contabilidade teve influência positiva no volume de *accruals* discricionários, ou seja, proporcionou o aumento do gerenciamento de resultados a partir da adoção completa das IFRS (2010 em diante).

No tocante ao grupo de Outros Resultados Abrangentes, esse apresentou relação negativa com o gerenciamento de resultados, o que indica que esse grupo tem sido utilizado, ao menos em parte, como mecanismo de gerenciamento de resultados por meio de *accruals* discricionários, achados esses que se mostram coerentes com as teorias que apontam que, na vigência das IFRS, há maiores possibilidades de escolhas contábeis e, conseqüentemente, maiores oportunidades de gerenciamento de resultados.

Os resultados confirmam a hipótese levantada no estudo, embora sejam divergentes daqueles encontrados por Wrubel *et al.* (2016) em estudo aplicado ao mercado brasileiro. Uma diferença relevante

entre ambos os estudos é que este se baseou em amostra mais restrita, composta por empresas de capital aberto e fechado, enquanto aqueles autores se basearam em amostra mais ampla composta de empresas, exclusivamente de capital aberto.

Conforme achados de Daske *et al.* (2013), os incentivos econômicos para a produção e divulgação de informações contábeis mais transparentes são diferentes entre empresas, dependendo de suas características e interesses. Nessa linha, é possível conjecturar que empresas de capital fechado tenham menos incentivos para produção de demonstrações financeiras de maior qualidade, em razão do menor nível de exigências a serem cumpridas por parte dos órgãos de fiscalização, bem como da menor cobertura por parte de analistas de mercado, por vezes, pelo fato de a empresa acessar apenas o mercado de dívida e não o mercado de ações.

Dessa forma, sugerem-se futuras pesquisas que promovam a ampliação da amostra e a investigação sobre a existência de possíveis diferenças nas escolhas contábeis e, por consequência, no gerenciamento de resultados entre empresas de capital aberto e fechado.

REFERÊNCIAS

AHMED, A.S.; NEEL, N.; WANG, D. Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. *Contemporary Accounting Research*, vol. 30, Issue 4, 2013. p. 1344-1372.

BLACK, R.; NAKAO, S.H. Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 113-131, jan./abr. 2017.

BRASIL. *Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10.jan.2019.

BRASIL. *Lei N° 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10.jan.2019.

BRUGÜEMANN, U; HITZ, J.; SELLHORN, T. Intended and unintended consequences of mandatory IFRS adoption: A review of extant evidence and suggestions for future research. *European Accounting Review*. Vol. 22, Issue I, 2013. p. 1-37.

CHEN, E.; GAVIOUS, I. Unrealized earnings, dividends and reporting aggressiveness: an examination of firms' behaviour in era of fair value accounting. *Accounting and Finance*, 56, p.217-250, 2016.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, de 17 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em: 3.mai.2019.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, de 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em: 3.mai.2019.

.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57> Acesso em: 12 jun. 2018.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.055/2005, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055> Acesso em: 5. jan. 2018.

CONSONI, S.; COLAUTO, R.D.; LIMA, G.A.S.F. A divulgação voluntária e seu relacionamento com o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v.28, nº 74, p.249-263, mai./ago. 2017.

DASKE, H; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Adopting a label: heterogeneity in the economic consequences around IAS/IFRS adoptions. *Journal of Accounting Research*, 51, n. 3, p. 495-547, 2013.

DECHOW, P.M.; SLOAN, R.G.; SWEENEY, A.P. Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70 (2), p.193-225, 1995.

IFRS - IFRS FOUNDATION. Who uses IFRS Standards, 2019. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#profiles>> Acesso em: 15.mai.2019.

GRECCO, M.C.P. *O efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras*. Tese de Doutorado em Administração de Empresas – Universidade

Presbiteriana Mackenzie, 2013. Disponível em:

<<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/818>>. Acesso em: 18. jul. 2019.

GUJARATI, D. *Econometria Básica*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J.M. A review of earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, vol 13, nº 4, 1999. p. 365-383.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R.W. The economic consequences of accounting choice: Implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting and Economics*, vol 5, 1983. p. 77-117.

MARÇAL, R.R.; MACEDO, M.A.S. Análise da persistência dos lucros diante dos accruals discricionários: Um estudo com base no impacto da adoção das IFRS. *CONTEXTUS - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v.17, nº 2, p.129-159, mai./ago. 2019.

MARTINEZ, A.L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *Brazilian Business Review*, v.10, nº 4, p.1-31, 2013.

MATIAS-PEREIRA, J. *Metodologia da Pesquisa Científica*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, S.M.; LEMES, S.; BARBOZA, F.L.M. O value relevance é relevante? *Revista Contabilidade e Organizações*, v. 13:e152518, p. 1-18, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.152518>

SILVA, P.Y.C.; FONSECA, M.W. Gerenciamento de resultados: estudo empírico em empresas brasileiras e

portuguesas antes e após a adoção das IFRS. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 12(3), p. 193-209, 2015. DOI: 10.4013/base.2015.123.03

WATTS, R.L.; ZIMMERMAN, J.L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*. Vol. 53, nº 1 (Jan, 1978). p. 112-134.

WRUBEL, F; MORÁS, V.R.; BRIGHENTI, J.; LEITE, M.; KLANN, R.C. Impactos de outros resultados abrangentes sobre o gerenciamento de resultados. *Revista Contabilidade e Organizações*, v. 27, p. 3-16, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v10i27.107284>.

ZEFF, S.A. The rise of economic consequences. *The Journal of Accountancy*. 1978. p. 56-63.

SOBRE OS AUTORES

Luis Gustavo do Lago Quinteiro

Mestre e Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília; MBA em Controller Fipecafi/USP; Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Goiás Campus Aparecida de Goiânia. Endereço: Rua Mucuri, s/n – Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia – GO, CEP 74968-755, Brasil. Contato: Luis.quinteiro@ueg.br

Jorge Katsumi Niyama

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo; Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Contato: jorgekatsumi@gmail.com

Laryssa Elias Arruda

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Contato: laryssa.elias@gmail.com